

**N**o horizonte das mudanças está a questão da democracia, mas o caminho se faz através do processo político concreto, que vivemos, não há outro. Assim como o golpe de 64 destituiu o Poder Legislativo e absolutizou o Executivo como centro do poder autoritário, o atual processo constituinte restituiu o poder civil ao Legislativo, limitou o poder da democratização do país. O dr. Ulysses foi a realidade e o símbolo de uma oposição ao autoritarismo que fez renascer o processo democrático, completando uma obra. Foi este o nosso caminho, conseguido graças a um amplo movimento da sociedade através de um variado conflito e confronto com o Estado.

A questão da democracia passava pela oposição à ditadura nos anos 60. Passou pela transição tão lenta, gradual e segura nos anos 70. Diretas-já, Tancredo e Constituinte nos anos 80. E tudo isto num contínuo processo de deslegitimação do poder autoritário do Estado e de uma afirmação dos movimentos democráticos que emergiam da sociedade: participaram sindicatos, igrejas, partidos políticos, organizações do movimento popular e setores empresariais. Nunca é demais salientar o papel decisivo, amplo e variado desses movimentos que foram minando o poder do alto e tecendo uma nova realidade a partir das bases.

Sem dúvida o mais amplo e expressivo destes movimentos foi o da participa-

ção do conjunto da sociedade no processo constituinte. Pela primeira vez em nossa história política, uma Constituição foi escrita sob a pressão democrática do conjunto da sociedade, pelo menos de seus setores mais organizados. Nunca é demais lembrar que as emendas populares conseguiram recolher mais de 12 milhões de assinaturas, número expressivo, se considerarmos que nossa população economicamente ativa deve estar por volta dos 55 milhões de pessoas, dos quais um terço é analfabeto. E também o fato de que o conteúdo avançado da nova Constituição em grande medida deriva dessas propostas. Tão importante quanto essa participação é o fato da nova Constituição existir na consciência da sociedade. De uma sociedade que jamais conheceu o que era uma Constituição e muito menos o seu conteúdo, passamos a uma situação onde todas as forças sociais organizadas deste país sabem o que conquistaram e o que ainda há por conquistar. Mais do que um estatuto da ordem, a nova Constituição é uma agenda de mudança e uma referência de direitos e garantias individuais e sociais definidos pela soberania popular. Por isto a Constituição de 88 é o fim do golpe militar de 1964. E também é o começo do novo processo democrático, o caminho brasileiro da democracia, ou sua possibilidade. A democracia no Brasil não se esgota na nova Constituição mas passa necessariamente por ela. Daí surgem algumas questões.

A primeira questão é: a nova Consti-

tuição propicia a organização democrática da sociedade? Creio que a resposta é positiva, não tanto pelo conteúdo concreto dos dispositivos aprovados (que são avançados em muitos aspectos e conservadores e retrógrados em outros), mas pela redefinição da origem do poder político e do novo calendário que se abre para constituir o poder do Estado através das eleições diretas a todos os níveis.

É fundamental lembrar que até agora o poder do Estado esbarrava sempre numa "última instância", o recurso armado, das forças armadas. Aí estava sua origem e a origem de sua crise de legitimidade. Agora o poder não nasce mais do general Leônidas, mas deverá nascer da sociedade; não mais da arma e, sim, do voto, dos partidos, da participação, dos conflitos, das lutas, acertos e desacertos de todos. É como se devêssemos recomeçar a tarefa de construir tudo novo: a nação, a sociedade e o Estado. Daí que a Constituição nos abre para uma nova conjuntura política, em novas bases.

Fica hoje muito mais claro verificar o crime político cometido em 1964 por aqueles que tiveram a pretensão de dominar pela força da repressão e da coerção um país inteiro. Assim como é quase incompreensível entender o porquê de tanta demora em chegar aonde só chegamos hoje, no início da construção democrática de uma sociedade. O saldo deve ainda ser cobrado. Na nova conjuntura é também importante não esquecer o passado: quem pagará o preço de tantos

desastres cometidos e de tanta irresponsabilidade transformada em grandes projetos, obras inacabadas, bilhões de dólares perdidos, crescimento da pobreza e da miséria, sofrimentos e torturas de milhares de pessoas e desmoralização do poder público e do bem público? Uma das principais obras do golpe de 64 foi o de desorganizar a sociedade para centralizar o poder totalmente no Estado, transformando-nos, na imagem feliz do economista Carlos Lessa, numa espécie de massa de moradores que vive no mesmo edifício mas nem participa da reunião para eleger o síndico.

Agora trata-se de organizar a sociedade e o Estado em novas bases, assumir a direção do edifício e eleger o novo síndico, através da cidadania, da participação. No entender de Lessa, e ele está certo, tudo o mais e principalmente as questões econômicas e sociais virão em consequência. Se o autoritarismo, com todo o poder que teve em mãos, só fez produzir a crise e este país de uns poucos ricos cercados por milhões de pobres, a democracia é a única capaz de mobilizar o poder de todos para criar um país onde não há lugar para a pobreza. Só a democracia resolve o problema da pobreza, fora dela o "tudo pelo social" é uma falácia e um insulto à inteligência nacional que amadureceu muito mais do que pensam alguns setores da classe dirigente brasileira. Isto se dá na transição: fazemos o novo com a participação dos conservadores eleitos ainda das sobras do autoritarismo. A democracia os colocará

nos seus devidos lugares, ali no lugar reservado à vergonha nacional.

Cabe lembrar a velha diferença entre otimistas e pessimistas. Sou dos que acreditam que a era dos Muluf, Jânio e Newton Cardoso está acabando e que as sucessivas eleições irão produzir outros partidos e outros líderes políticos. Devemos olhá-los com a curiosidade de quem observa a extinção de espécimes que nasceram e se desenvolveram para barrar o futuro da democracia e que acabarão com o seu desenvolvimento. Quem aposta, por exemplo, no futuro político do sr. José Ribamar Sarney? É claro que certas espécies sobrevivem até ao dilúvio, mas o importante é que deixam de ser dominantes e passam a figurar como testemunhas do passado.

Aberto o caminho, a questão agora é caminhar, e o novo deste caminho é a positividade da democracia. Existe solução para os problemas fundamentais do Brasil e ela está na nossa frente, na democracia que nos faz propor, participar e transformar a realidade em função das decisões e aspirações da maioria. A partir de 5 de outubro de 1988, o Brasil cobrará as propostas de solução para os grandes problemas nacionais.

Quando a democracia funciona de fato, os grandes problemas passam a ser os da maioria e a solução não nasce como no autoritarismo, da cabeça de uns poucos, mas da participação da maioria. Este é o sentido da democracia como solução dos problemas da maioria. Na democracia não há soluções fundamen-

talmente técnicas ou econômicas, todas elas são políticas, realizadas através de procedimentos que podem, até, ser chamados de econômicos. A democracia restaura o primado da política e redefine o lugar e a cabeça da economia e dos economistas. Contra a evidência arrogante dos economistas e banqueiros, a Constituinte taxou os juros em 12% para dizer que, no novo país que se quer, o fundamental vai ser a produção e não a especulação. Levar ao extremo que um país que quer viver do lucro do capital vai acabar destruindo as condições de desenvolvimento do próprio capital. Todas as economias capitalistas modernas sabem que o seu futuro reside na capacidade de produzir e de levar-se a sério, não de especular. A Constituinte sinalizou neste sentido e apontou na direção dos bancos uma advertência que foi ridicularizada pelos que não são capazes de ver além das chamadas leis do mercado, que muitos afirmam livre, sem jamais acreditar que o seja. Com a nova Constituição terminou a temporada do autoritarismo e começa, com a primavera, a democratização, marcada na passagem do lugar do poder para o Executivo redefinido, o Judiciário, o Congresso e, principalmente, a sociedade mobilizada. Agora cabem à população e aos partidos a tarefa das propostas e, principalmente, o cuidado de preservar o novo lugar do poder: a sociedade.

# O caminho (brasileiro) da democracia

(AUC)

P11